

negócios mais.
edição especial

Este suplemento é parte integrante do Jornal de Negócios nº 2510, de 29 de Maio de 2013, e não pode ser vendido separadamente

✓ **O QUE A BOLSA**
fez pela PT, ISA
e Novabase

✓ **GOVERNO QUER**
reforçar capital das
PME através da bolsa

VEJA MAIS EM NEGOCIOS.PT

Os caminhos das empresas para se financiarem em bolsa

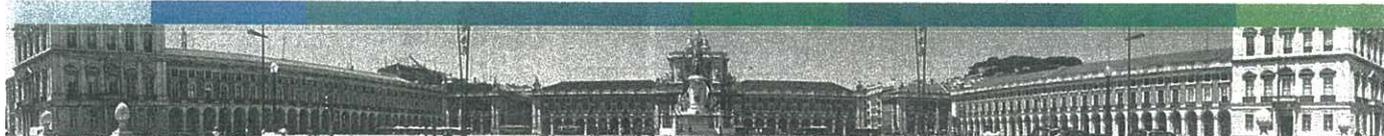
O mercado de capitais é uma alternativa para as empresas reduzirem a dependência da banca, ajudando a aumentar a reputação dos negócios. Na Via Bolsa, uma iniciativa da Euronext Lisbon, o Governo revelou ainda que as próximas privatizações deverão passar pela bolsa



Bruno Simão



VIA BOLSA
Financiamento através do Mercado de Capitais



COM A SUA PARTICIPAÇÃO
NA SUEZ PATRIMÓNIO



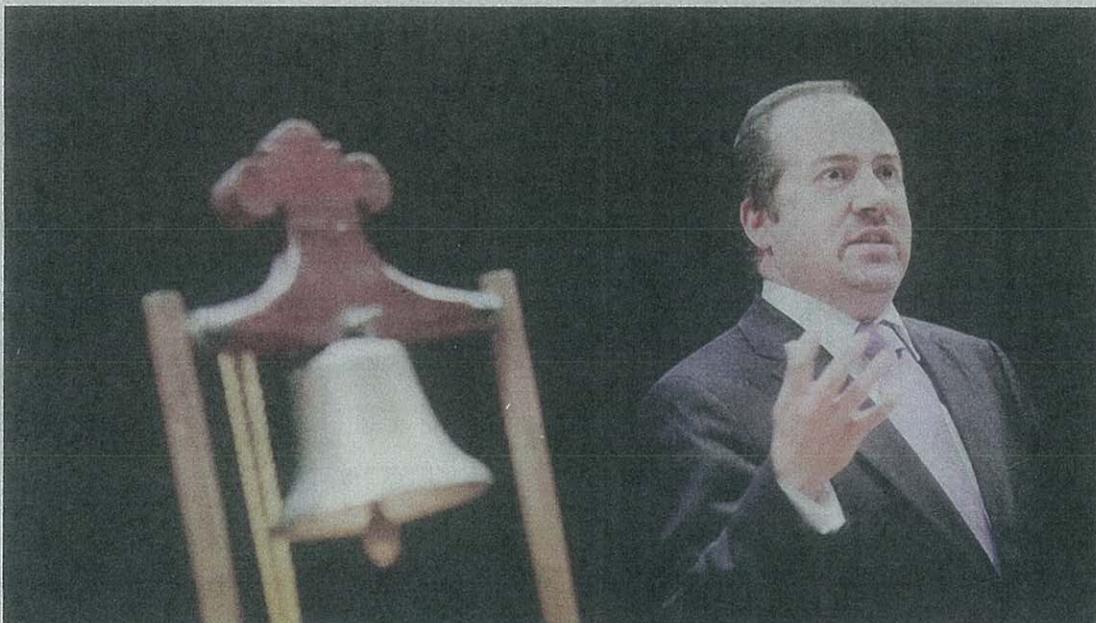
Em associação com:
negócios

Parceiros:



Via Bolsa

Governo quer reforçar capital das PME através da bolsa



Alvaro Santos Pereira | Ministro da Economia e do Emprego anunciou um conjunto de medidas para incentivar acesso ao mercado de capitais.



Luís Laginha de Sousa | Presidente da bolsa

PATRICIA ABREU
pabreu@negocios.pt
HUGO PAULA
hugopaula@negocios.pt
BRUNO SIMÃO Fotografia

As empresas portuguesas precisam reduzir o seu nível de endividamento e a elevada dependência do crédito bancário, reforçando os seus capitais próprios, através do acesso à bolsa. Alvaro Santos Pereira, ministro da Economia, defende que é fundamental criar novos mecanismos de financiamento das empresas portuguesas, adiando que o Governo vai avançar com "vários instrumentos para estimular as PME portuguesas a entrar em bolsa".

Num momento em que a torneira do crédito para as empresas está a fechar-se, o ministro da Economia, que na semana passada encerrou a conferência Via Bolsa, a qual decorreu em Lisboa, defende que um "mercado de capitais dinâmico coloca o país na rota de investimento" e anunciou um conjunto de incentivos fiscais para trazer mais empresas para a bolsa. O evento, que teve como objectivo sensibilizar as empresas portuguesas para o mercado de capitais, foi paleo para vários oradores e res-

ponsáveis, que destacaram a importância das empresas nacionais recorrerem à bolsa como uma alternativa de financiamento.

Alvaro Santos Pereira realçou que as empresas portuguesas estão entre as mais dependentes do crédito bancário a nível europeu e quer que as empresas diversifiquem as suas fontes de financiamento. O ministro reconhece que as empresas têm falta de crédito, mas também não retira a razão à banca, segundo a qual as companhias têm um grau de endividamento que não lhes permite obter mais crédito. Para o governante ambas as partes têm razão, daí ser necessário "estimular as empresas a reduzir o endividamento e bancos a concederem crédito".

Perante uma situação em que as companhias têm necessidades de financiamento imediatas, o ministro da Economia quer facilitar o acesso das PME ao mercado de capitais. "Estamos a trabalhar para reforçar a presença de empresas, quer na Euronext, quer na Alternext", disse Alvaro Santos Pereira, que destaca a importância de "atrair empresas de dimensão inferior, mas que dêem o passo de entrar na bolsa para se tornarem mais sustentáveis".

Uma das novidades anunciadas pelo responsável é o lançamento do Fundo Bolsa PME, vocacionado para aumentos de capital de empresas que se queiram lançar na praça portuguesa. Alvaro Santos Pereira prometeu ainda um enquadramento fiscal para emittentes (empresas) e investidores, sem reduzir receitas para o Estado. O objectivo é que os custos associados ao aumento de capital possam ser considerados para dedução fiscal. No actual regime, só os juros das dívidas são considerados despesa perante o fisco.

"É fundamental termos um mercado de capital dinâmico e é fundamental termos um mercado de capital que trabalhe nos segmentos de 'venture markets', conjugado com instrumentos de capital de risco para conseguirmos melhorar e diversificar o financiamento das nossas empresas", explicou.

O titular da pasta da Economia referiu também iniciativas previstas no Memorando para o Crescimento, como a criação de fundos, públicos e privados, para o investimento em acções e obrigações de PME. Em Fevereiro, a Caixa Geral de Depósitos e o IAPMEI assinaram um acordo para a disponibilização de 500 milhões de

Estamos a trabalhar para reforçar a presença de empresas, quer na Euronext, quer no Alternext.

ÁLVARO SANTOS PEREIRA
Ministro da Economia e do Emprego

O mercado de capitais tem de se desenvolver mais com as privatizações. O Estado deve dar o exemplo e vai dar o exemplo.

ÁLVARO SANTOS PEREIRA
Ministro da Economia e do Emprego

euros de instrumentos financeiros híbridos, também com o objectivo de reforçar os capitais das PME.

As medidas anunciadas pelo governante foram de encontro aos apelos do presidente da Euronext Lisbon, Luís Laginha de Sousa, na abertura da conferência, defendeu que "com os estímulos certos, o recurso ao mercado de capitais pode ser uma realidade para mais empresas". Estes estímulos podem "resultar de decisões políticas conscientes".

Privatizações vão passar pela bolsa

As privatizações deverão ser outras das formas utilizadas pelo Governo para promover o mercado de capitais. Alvaro Santos Pereira garantiu que o Executivo vai dar o exemplo e que as próximas privatizações irão passar pela bolsa. A promessa respondeu a outro apelo de Laginha de Sousa, que argumentou que não há nenhuma razão para que as privatizações não passem pelo mercado de capitais.

"Entendemos que o mercado de capitais tem de se desenvolver mais com as privatizações. É importante que parte das privatizações também passe, parcialmente ou totalmente, pelo mercado secundário para desenvolver esses mesmos mercados de

Ministro da Economia anunciou um conjunto de medidas para incentivar o recurso das PME ao mercado de capitais. Álvaro Santos Pereira quer que as empresas reforcem os seus capitais próprios e reduzam dívida



Je Lisboa considera que não há motivos para privatizações não passarem pela bolsa.

capitais", garantiu Álvaro Santos Pereira. O ministro foi ainda mais longe e afirmou que "o Estado deve dar o exemplo e vai dar o exemplo".

Até ao momento as vendas de posições do Estado na EDP e de uma participação na REN foram realizadas fora do mercado, através de venda directa. Ainda assim, são várias as empresas que ainda fazem parte do plano de privatizações do Governo que, até ao momento, já rendeu 6,4 mil milhões de euros. Além da REN (11% do capital), o programa prevê ainda a alienação da TAP, dos CTT, da Empresa Geral do Fomento e ainda da CP Carga. Além destas, a CGD também vai vender os seguros, tendo sido posta a possibilidade de a operação passar pela bolsa.

Empresas procuram alternativas na venda de dívida

O encarecimento do crédito e a sua escassez está a confrontar os empresários com a necessidade de diversificar fontes de financiamento e o mercado de capitais surge, cada vez mais, como uma alternativa. Armando Martins, líder da Fibeira, que detém o Atrium Saldanha, entre outros empreendimentos, admite estar a procurar alternativas de finan-

ciamento à banca.

"Estou a estudar um empréstimo obrigacionista", adiantou o presidente do grupo, ao **Negócios**, à margem da conferência. Para o empresário, a venda de dívida é a opção mais "interessante do ponto de vista futuro". Já em relação ao mercado de accionista, Armando Martins adiantou que estudou essa opção há uns anos, mas acabou por recuar. "Obriga a muitas exigências", disse o empresário, acrescentando que "o negócio ainda não estava maduro e a banca estava a funcionar bem".

Embora a Fibeira não esteja a sentir dificuldades de financiamento, Armando Martins diz que também não tem procurado crédito bancário. "Os grandes investimentos estão suspensos", devido à crise. Ainda assim, o mesmo responsável diz que há sinais de melhoria. "A banca tem vindo a amaciar a agressividade", rematou.

Esta opinião não é, contudo, consensual. De acordo com o responsável de outra empresa, que pediu para não ser identificado, "a liquidez no mercado é reduzida". Por isso mesmo, o mesmo responsável considera que o mercado de capitais é uma solução.

Com os estímulos certos, o recurso ao mercado de capitais pode ser uma realidade para mais empresas.

LUÍS LAGINHA DE SOUSA
Presidente da Euronext Lisbon

Não há razão para as privatizações não passarem, pelo menos parcialmente, pela bolsa.

LUÍS LAGINHA DE SOUSA
Presidente da Euronext Lisbon

Entrar na bolsa pode ajudar a sua empresa a emagrecer

A cotação em bolsa aumenta a pressão para profissionalizar a gestão

HUGO PAULA
hugopaula@negocios.pt

Paulo Morgado acredita que a entrada de uma empresa para a bolsa pode levar a sua gestão a profissionalizar-se. O exercício da previsão, da responsabilização pelos resultados e da transparência têm um efeito benéfico na vida da empresa, aumentando a pressão para cumprir metas. Algo que o gestor considera existir por defeito nas vidas de muitas empresas portuguesas.

Na conferência Via Bolsa discutiu-se a cotação de empresas no mercado de capitais através da emissão de acções em mercados regulados como forma de reforçar os capitais próprios. "Quando falamos em injeção de capital, temos um pressuposto de que a gestão é capaz de transformar esses capitais em valor", afirmou. Contudo, o que se tem verificado é que muitas empresas não têm capacidade de financiar a sua actividade com recurso aos meios que geram. "Os gestores não estão acima de qualquer suspeita de incompetência" e para criar pressão no sentido de atingir objectivos, a admissão em bolsa pode ajudar, defende.

Transparência cria pressão na organização

As empresas cotadas têm maior necessidade de transparência para satisfazer os requisitos de reporte e informação ao mercado. Os gestores são obrigados a anunciar as suas metas aos investidores e potenciais accionistas, da mesma forma que são obrigados a apresentar-lhes satisfações sobre o cumprimento das metas. Paulo Morgado é um gestor que gosta de pressão e acredita que, por via da responsabilização da gestão, a admissão do capital em bolsa traz obrigações acrescidas de transparência para com o mercado, o que aporta pressão organizacional. "Vou ter de prestar contas e de ser transparente e isso impede-me de recorrer a atalhos para disfarçar falta de performance. Um exemplo pode ser o investimento demasiado avultado em fundo de maneo, que se reflec-



Paulo Morgado é CEO da Caggemini.

Os gestores não estão acima de qualquer suspeita de incompetência.

PAULO MORGADO
CEO da Caggemini

te numa facilitação das condições de venda através de um prazo excessivamente longo. Se calhar, eu não vendia tanto se tivesse um prazo de pagamento razoável", questiona.

Aprender a separar a gestão da posse é outra das lições que é aprendida no processo de entrada na bolsa. Nas empresas que não estão cotadas em bolsa, muitas vezes, não existe "segregação" entre a gestão e o capital, apontou o CEO da Caggemini. O objectivo da gestão é a criação de valor para o accionista e não, "agradar ao detentor do capital ao absurdo". E dá um exemplo: "Se fosse, o gestor ia com o detentor do capital ajudá-lo a escolher o iate, o que não contribui para a criação de valor".

Paulo Morgado termina fazendo um paralelo entre uma pessoa e uma empresa: para mudar pode ser necessário ser-se obrigado. Mesmo que seja para melhor. "Se alguém emagrecer vamos ter com ela e perguntamos se está tudo bem. Ou seja, só se perde peso se se for obrigado. Por querer, ninguém perde", ilustra.

Via Bolsa



ZEINAL BAVA

“PT está na bolsa há 18 anos bem vividos”

A Portugal Telecom está cotada em bolsa há 18 anos. Um período em que comprou, vendeu e respondeu a uma OPA

A presença da Portugal Telecom (PT) nos mercados ainda não alcançou a maioria. Zeinal Bava, acredita que os 18 anos de vida da operadora no mercado de capitais terão sido “muito bem vividos” aquando do aniversário da privatização, em Julho.

O CEO da incumbente das telecomunicações afirmou, na conferência Via Bolsa que decorreu na quarta-feira, dia 22 de Maio, que “a história da PT é rica em eventos corporativos. E concluiu, fazendo um balanço muito positivo da presença no mercado. “Vale a pena estar cotado porque torna-nos mais exigentes e porque permite-nos definir o nosso próprio futuro”, resumiu.

Os investidores que tenham comprado ações da PT na privatização têm um retorno de 350%, referiu o CEO que acompanhou a cotada como banqueiro de investimento e que viria a ocupar a liderança da PT Multimédia e o cargo de diretor financeiro, antes de ser nomeado presidente executivo desde Março de 2008.

Expansão para o Brasil teve “reação muito má”

Pouco depois de iniciado o proces-

Abrir o capital de filiais obriga-nos a aprender a viver com canibais da mesma família.

ZEINAL BAVA

Presidente da PT sobre o “spin-off” da PT Multimédia

so de privatização, a PT arrancou com a expansão no Brasil. Foi lá que aprendeu uma das mais importantes lições de como deveria conduzir as relações com investidores. O anúncio da aquisição do controlo da Telesp Celular desencadeou uma desvalorização das ações que viriam a 50% do valor num mês. “A reacção à compra foi muito má”, resumiu Bava. “Foi uma surpresa. E, se há coisa que o mercado não gosta, é de surpresas”, explicou o CEO que acompanhou a operação ainda na banca.

O negócio viria a originar a parceria estratégica entre a PT e a Telefónica. A aliança foi outro marco

na vida da operadora e só viria a ser terminado aquando da venda de parte da Vivo à Telefónica por 7,5 mil milhões de euros. Um processo que a operadora combateu “ferozmente”, mas que demonstra a “maturidade das instituições”, referiu. Pela negativa, Bava destacou o recurso do Estado à “golden-share”, que obrigou a negociar e adquirir uma posição na Oi num período breve.

A dispersão de ações (“spin-off”) da PT Multimédia foi outro dos momentos destacados na apresentação de Zeinal Bava. “O problema de abriremos o capital de filiais é que, depois, temos de aprender a viver canibais da mesma família”, referiu em jeito de balanço.

No início de 2006 foi a vez da Sonae a marcar a vida da empresa, ao anunciar a intenção de lançar uma OPA sobre a PT. O CEO da PT explica a oferta com a “exuberância vivida nesse período”, disse, apontando que os accionistas retiveram mais de 11 euros por cada ação que não venderam à Sonae. “São as OPA que nos mantêm acordados à noite e que nos fazem trabalhar um pouco mais e um pouco melhor”, concluiu Zeinal Bava. **HP**



ROGÉRIO CARAPUÇA

Novabase vendeu para crescer sem

A Novabase entrou para a bolsa para com grandes. Venda de ações permitiu crescer

HUGO PAULA
hugopaula@negocios.pt

Entrar para a bolsa não são só vantagens. No entanto, Rogério Carapuça, que era presidente executivo da tecnológica aquando da entrada no mercado, assegura que faria tudo outra vez.

A única cotada do sector de tecnologias de informação (TI) presente no PSI-20 não seria a mesma se não tivesse lançado parte do seu capital próprio na bolsa. Na conferência Via Bolsa, promovida pela Euronext, o actual presidente do conselho de administração da Novabase, assegurou que o crescimento da alcaçada não teria sido possível sem a entrada para a bolsa.

Há 13 anos, a gestão da Novabase via-se muitas vezes obrigada a soletrar o nome da empresa, lembrou Rogério Carapuça. As suas receitas eram de 25 milhões de euros e a empresa operava num mercado habitado por gigantes internacionais. “Para crescer, a Novabase precisava de financiamento e visibilidade”. A decisão foi o lançamento em bolsa e o processo seria concluído em 2000, “mes-

mo antes de um período de muitos anos em que não teria sido possível” entrar para a bolsa.

Entrada na bolsa tem um preço. Mas não é mau

A entrada da Novabase na bolsa permitiu crescer sem contrair dívida. Uma estrutura de capitais “confortável nos tempos que correm”. Mas isso não significa que não tenha um custo. “Só que este custo não é mau. É um preço que se paga pela necessidade de profissionalismo”, explica o presidente da Novabase. Com entrada no mercado de capitais não foi só o negócio que cresceu. O número de accionistas é muito maior e de potenciais investidores chega às dezenas de milhares. “Temos de usar canais de comunicação criados para o efeito e as assembleias-gerais têm de tomar as decisões com a formalidade necessária”.

Outra preocupação passa a ser a relação com o regulador. “Temos prazos de resposta muito apertados à CMVM”. Ainda assim, a experiência tem sido boa: “quando temos de cumprir uma coisa, cumprimos. Quando não sabemos, perguntamos.” **Q&A**



JOSÉ BASÍLIO SIMÕES

“Bolsa trouxe visibilidade à ISA”

Líder da empresa diz que entrada no mercado lhe deu maior credibilidade

PATRICIA ABREU
pabreu@negocios.pt

Prestes a completar um ano no Alternext, plataforma especializada para PME, a ISA ganhou visibilidade com a sua entrada no mercado de capitais. De acordo com José Basílio Simões, líder da empresa de telemetria, a bolsa tornou a companhia conhecida e deu-lhe maior credibilidade no mercado.

“A visibilidade que a bolsa trouxe ajuda a que a ISA seja conhecida”, adiantou José Basílio Simões, num vídeo transmitido durante a conferência Via Bolsa, que decorreu na semana passada em Lisboa. Na opinião do líder da companhia, o processo de dispersão em bolsa não poderia ter corrido melhor e ajudou a ISA a prosseguir o seu plano de expansão e internacionalização.

Num processo que decorreu em tempo “recorde”, durou cerca de três meses, a ISA estreou-se no Alternext a 19 de Junho do ano passado, tratando-se da primeira companhia portuguesa listada nesta plataforma da Euronext. Para José Abílio Simões, o facto da ISA estar cotada dá-lhe maior credibilidade, ajudando a companhia a realizar os

A bolsa facilita angariar novos investidores e facilita a capitalização.

JOSÉ ABÍLIO SIMÕES
CEO da ISA

seus negócios, além de reduzir a dependência da banca. “A bolsa facilita angariar novos investidores e facilita a capitalização”, resumiu.

Em termos de responsabilidades e exigências, o fundador da ISA explica que o processo de entrada no mercado de capitais tornou mais disciplinados, com a empresa a ter que apresentar resultados semestralmente, apesar de apenas as contas anuais terem que ser auditadas, bem como nomear um Investor Relations. Questionado sobre se a obrigatoriedade de comunicar factos relevantes afecta os negócios, o empresário defende que “os negócios não se fazem escondendo coisas”.

“Capacidade das equipas é variável mais difícil de avaliar”

HUGO PAULA
hugopaula@negocios.pt

A Capital Criativo, que faz a maior parte dos seus investimentos em sociedades não cotadas, explica que procura ajudar as empresas de que é accionistas de duas formas: com capital e com bom senso. O contributo da empresa de capital de risco procura colmatar três défices que encontra e que considera comuns ao tecido empresarial português, explicou Nuno Gaioso Ribeiro na conferência Via Bolsa, promovida pela Euronext, na quarta-feira, dia 22 de Maio.

Para o investidor, avaliar a capacidade de gestão das equipas é uma das funções em que levanta maiores dificuldades. Por



Nuno Gaioso Ribeiro, presidente da empresa de capital de risco Capital Criativo.

isso, diz, a qualidade da gestão é a variável mais importante quando se está a equacionar uma entrada para a bolsa.

O primeiro défice é o acesso a capital. O segundo, consiste numa falta de organização e de capacidade de gestão, enquanto o terceiro é o de acesso e exposição ao mercado internacional. Estas lacunas são compensadas por um excedente de endividamento bancário, superavit de falta de rigor de processos e, ainda, um excesso de falta de visão estratégica, segundo diagnosticou ao presidente executivo da Capital Criativo. “O que nós fazemos é procurar entre as PME portuguesas aquelas que, tendo alguns dos défices, têm matéria-prima interessante e em que podemos ajudar a resolver os défices”, explicou o executivo.

Para Gaioso Rodrigues, uma das principais funções desempenhada pela gestora de activos, que investe sobretudo em sociedade não cotadas, é funcionar como operador entrada no mercado. “Muitas vezes fazemos aponte no acesso aos mercados”, concluiu.

“Como toda a gente, os accionistas gostam de ser bem tratados”

HUGO PAULA
hugopaula@negocios.pt

Uma empresa que entre para o mercado de capitais deve ter a preocupação de comunicar regularmente com os investidores.

Fernando Ribeiro reagiu com espontaneidade à questão: como gostam os accionistas de ser tratados. “Como toda a gente, gostam de ser bem tratados”, retorquiu o presidente do conselho de administração da F&C.

O responsável da gestora de activos explicou que as empresas, sobretudo as cotadas, devem ter um processo de comunicação “constante”. Isto é, “não só através do gabinete de relações com investidores. O investidor tem de ter alguém com quem falar no dia-a-dia, no cur-



Fernando Ribeiro é presidente do conselho de administração da F&C.

to-prazo. Uma comunicação do estado do negócio e do seu plano de actividades”, enumerou.

Tanto a gestão como a comunicação devem ser profissionais e prestar contas. “Normalmente, os accionistas são exigentes”, referiu o presidente do CA da F&C. “E quando deixam de o ser, é porque se desinteressaram e já não acreditam na empresa”, advertiu.

Ao pensar o processo de admissão à cotação, os factores qualitativos são tão importantes como as métricas financeiros. A geração de cash-flow é importante porque, normalmente, “chega um momento da vida das empresas em que os investidores também querem receber dividendos”, explicou Fernando Ribeiro.

Por outro lado, a sustentabilidade do negócio é uma preocupação, assim como a política de governação da empresa. “Quando chega à bolsa, a empresa tem de pensar em mudar a gestão, ter representantes de todos os accionistas e não só familiares” dos gestores, sublinhou Fernando Ribeiro.

acções dívida

orrer com os sem dívida

Para crescer a Novabase precisava de financiamento e de visibilidade.

ROGÉRIO CARAPUÇA
Presidente do conselho de administração da Novabase

Via Bolsa

DEBATE

Empresa tem que ser atractiva para seduzir investidores

Especialistas consideram que mercado de capitais é uma alternativa para as empresas reduzirem a dependência da banca e pode aumentar a visibilidade e reputação do negócio

PATRICIA ABREU
pabreu@negocios.pt

O mercado de capitais é uma oportunidade para as empresas se financiarem, reduzindo a elevada dependência da banca. Para tal, as empresas precisam ser atractivas na análise dos investidores e ter um plano de negócios sólido. Os especialistas defendem que os empresários devem encarar a bolsa como uma opção para reforçar os capitais próprios e financiarem planos de expansão.

“A empresa tem que ser atractiva e os investidores têm que acreditar que as empresas têm um plano de negócio”, adiantou José Chimeno, num painel intitulado “argumentos, benefícios e motivações para uma cotação em bolsa”, na conferência Via Bolsa. O “partner” da Deloitte considera que há várias razões para as empresas irem ao mercado. O financiamento, a reputação e a liquidez são os principais benefícios que a bolsa pode trazer para as companhias.

José Chimeno argumenta que “o acesso a recursos próprios pode fortalecer a estrutura de capitais das empresas” e, assim, a companhia tem maior margem para “obter recursos para planos de expansão e para a sua estratégia”. Além disso, a dispersão de capital em bolsa melhora a reputação e a visibilidade das companhias junto de clientes e fornecedores.

Depois de estarem cotadas, as empresas alargam as alternativas dos próprios accionistas, que podem realizar operações futuras, permitindo ainda a entrada de novos accionistas. Possibilidades que reforçam a liquidez da companhia a longo prazo.

Financiar empresa ou accionistas?

Pedro Rebelo de Sousa destaca que, mais do que um problema de financiamento, as companhias enfren-

[Mercado de capitais] é um meio de obter recursos para planos de expansão e para a sua estratégia.

JOSÉ CHIMENO
Partner da Deloitte

Não é verdade que sistema financeiro não tenha liquidez para financiar a economia. O rácio de dívida das empresas tem que ser melhorado.

PEDRO REBELO DE SOUSA
Advogado

tam rácios de endividamento muito elevados, que têm que ser moderados. “Não é verdade que o sistema financeiro não tenha liquidez para financiar a economia”, disse o advogado, acrescentando, no entanto, que “o rácio de dívida líquida das empresas tem ser melhorado”.

Perante uma situação de elevada alavancagem por parte do tecido empresarial português, cabe aos empresários decidir se e como querem marcar a sua entrada no mercado de capitais. De acordo com Pedro Rebelo de Sousa, se o objectivo

é financiar a empresa, a companhia pode optar por uma emissão de obrigações ou acções, através de uma oferta pública de subscrição. Já se se pretende remunerar os accionistas, os empresários podem avançar com uma Oferta Pública de Venda (OPV) de acções.

“O empresário tem que ver o que pretende: aumentar nível de dispersão de capital, financiar a empresa, aperfeiçoar o ‘governance’ da empresa...”, explicou o advogado, sublinhando que, dependendo da operação escolhida, também as exigências variam. No caso de uma oferta pública, dirigida a um universo indeterminado de investidores particulares, é obrigatório um prospecto, que terá que ser aprovado pela CMVM. Já uma oferta particular apenas terá que publicar um documento informativo, sujeito ao aval da Euronext e não do regulador.

Um dos maiores receios por parte dos donos das empresas é justamente ter que abrir a sociedade a outros investidores. Mas, nem sempre as empresas têm que passar de sociedade fechada, para sociedade aberta. De acordo com Paulo Bandeira, da SRS Advogados, esta mudança de estatuto não é obrigatória e lembra o caso da ISA, que não abriu a sociedade.

“A ISA não alterou o seu estatuto. Fez uma colocação privada”, explicou o “senior associate” da SRS Advogados. Ainda assim, o especialista destaca que os empresários têm que analisar esta mudança “como uma oportunidade”.

Também Pedro Duarte, CEO do Banco Carregosa, realça que nos últimos meses “Portugal tem um mercado de retalho fortíssimo, com mais pessoas com vontade de investir no mercado de capitais”. O responsável diz que esta é uma oportunidade que pode ser aproveitada pelos empresários, nomeadamente na emissão de obrigações.



Especialistas debatem bolsa | Primeiro painel abordou benefícios para cotar em bolsa.



João Neves | Director do Montepio diz que não há competição entre banca e mercado.



Alternext é alternativa para financiar negócios

Plataforma para PME pode complementar financiamento das empresas, com exigências menos pesadas para empresas

PATRÍCIA ABREU
pabreu@negocios.pt

O mercado Alternext, plataforma destinada a Pequenas e Médias Empresas (PME), pode ajudar a captar capitais para as empresas e complementar o financiamento bancário. João Neves, director do Montepio, explica que os processos não são complicados e diz que "não há competição entre banca e mercado de capitais".

Apesar de já existir desde 2005, o Alternext apenas ainda recebeu uma empresa portuguesa, a ISA. Ainda assim, os especialistas acreditam que esta plataforma pode ser uma solução de financiamento eficaz para as empresas de nacionais de menor dimensão. A maior rapidez nos processos de admissão à cotação e os requisitos menos exigentes facilitam a operação.

Para João Neves, director do

Montepio, é fundamental que "as condições de partida sejam sólidas", com uma estrutura accionista consolidada em relação ao plano estratégico da empresa e às "prioridades em termos de negócio e produto".

Tomada a decisão de avançar para a bolsa, a estreia no mercado possibilita a entrada de capital na empresa. "Permite que coloquemos os investidores certos no sítio certo", acrescentou João Neves, que defendeu ainda que "não há competição entre a banca e o mercado de capitais".

Sofia Santos Machado, sócia da Abreu Advogados, explicou os deveres para as empresas que mantêm a sociedade fechada, no âmbito do Alternext, exigências bastante mais leves que as requeridas pela Euronext. Apesar de terem que reportar contas semestralmente, apenas o relatório anual tem que ser auditado. As companhias listadas no

Alternext ficam ainda obrigadas a reportar participações de investidores, mas só para posições acima de 50 e 95% dos direitos de voto.

Convocatórias de assembleia-geral, pagamento de dividendos, transacções de membros dos órgãos sociais de acções próprias ou alterações do código de valores mobiliários, bem como factos relevantes para as cotações são outras das informações que têm que ser comunicadas pela empresa.

Miguel Castro Pereira, "managing partner" do mesmo escritório de advogados, destacou que antes de avançar para o mercado de capitais, os empresários devem pedir aconselhamento jurídico, para os ajudar a preparar todo o processo e cumprir todos os requisitos exigidos. O especialista considera ainda que o mercado de capitais vai tornar a empresa mais transparente e se trata de um processo gradual.

PME portuguesas recorrem pouco ao mercado

Menor acesso ao mercado põe PME portuguesas em desvantagem face a pares da Europa.

HUGO PAULA
hugopaula@negocios.pt

O recurso das pequenas e médias empresas (PME) portuguesas ao mercado de capitais corresponde a 0,3% das necessidades de financiamento. O dado é avançado por Daniel Proença de Carvalho como preâmbulo no painel "Mercado de acções e/ou mercado de obrigações?", para discutir a procura de capital no mercado de activos mobiliários. "Eu acho que isto é um problema" para as PME portuguesas, por que representa uma alternativa de financiamento face às congéneres europeias.

O sócio da Úria Menendez-Proença de Carvalho acredita que existe uma justificação para que tanto os potenciais emittentes com o aforradores se mantenham relutantes em entrar no mercado. "Os nos-

os empresários têm dificuldade em partilhar o controlo e a gestão", afirmou. "Por outro lado, as nacionalizações são um factor histórico que também explica o pouco recurso ao mercado de capitais" para aplicação de poupanças, acrescentou.

Capital próprio é alternativa a crédito menos acessível

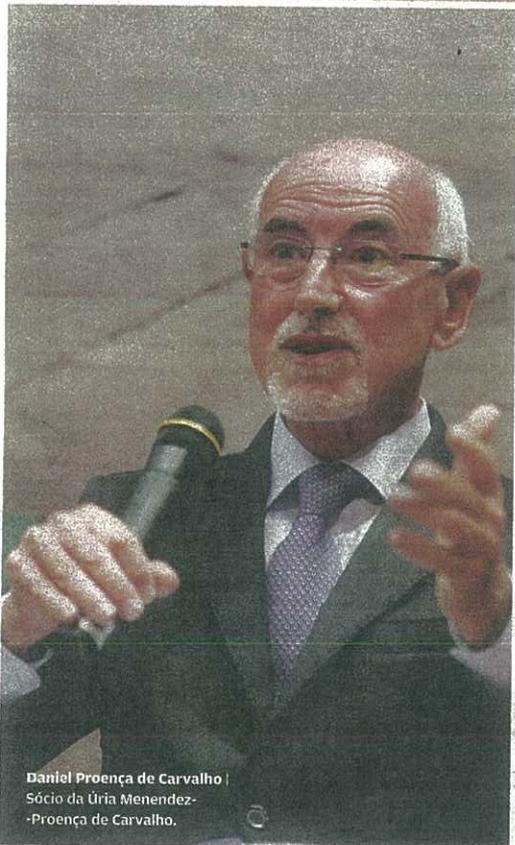
Ao determinar a estrutura de capital de uma empresa, é necessário ter em conta algumas diferenças na emissão de dívida e de capital próprio.

As PME portuguesas podem encontrar no mercado Alternext uma "solução para reforçarem capitais sem alterarem o equilíbrio de forças entre gestor, dono e novos accionistas", explicou o consultor de finanças empresariais da KPMG, João Sousa Leal. O mercado de capitais também pode ser utilizado para a

emissão de obrigações. Contudo, o financiamento através de capital alheio representa um risco maior, explica.

"Demasiado capital só implica redução da remuneração. Já a dívida pode levar ao fim da empresa ou contribuir para instabilidade", mesmo num negócio que, com uma estrutura de capital poderia ser considerado são.

Carlos Costa Andrade, sócio da Úria Menendez-Proença de Carvalho, esclarece que os direitos atribuídos a um accionista, ou obrigacionista, de um sociedade aberta são "comuns" aos atribuídos aos de sociedades admitidas à cotação. Refere ainda que os acordos parassociais não "de todo" um impedimento. Contudo, neste tipo de acordos é necessário "acautelar situações em que pode haver lugar a um dever de lançar uma oferta pública de aquisição."



Daniel Proença de Carvalho
Sócio da Úria Menendez-Proença de Carvalho.